

## **À participação das comunidades locais no desenvolvimento sustentável da província da Lunda Sul**

### ***To the participation of local communities in the sustainable development of the province of Lunda Sul***

**Kambundji Sapalo Segunda Muaco <sup>1\*</sup>, Juan Manuel Montero Peña <sup>2</sup>**

<sup>1</sup> MSc. Professor Instituto técnico de Saúde de Saurimo. [Kambundjimaco@gmail.com](mailto:Kambundjimaco@gmail.com)

<sup>2</sup> Grau científico. Categoria docente ou académica. Filiação institucional. [jmonteropena@gmail.com](mailto:jmonteropena@gmail.com)

\*Autor para correspondência: [Kambundjimaco@gmail.com](mailto:Kambundjimaco@gmail.com)

#### **RESUMO**

Esta investigação pretende avaliar a participação das comunidades no desenvolvimento sustentável local, no município de Saurimo, província da Lunda-Sul (Angola). Porém, nesta população procuramos conhecer a qualidade de vida social, cultural, económica e produtiva como indicadores do bem-estar das famílias, sendo que, o conhecimento do grau do envolvimento da comunidade local nas tarefas do desenvolvimento sustentável é determinante para o êxito desta investigação. Para uma melhor compreensão, entenda-se que a participação da população local no desenvolvimento sustentável, é como uma reforma dos factores socioeconómicos e culturais para que toda a comunidade se beneficie do bem-estar. Para que haja o desenvolvimento humano só é possível com o uso e emprego dos métodos e técnicas que impulsionem o desenvolvimento local integrado aos programas globais das políticas públicas do estado.

**Palabras clave:** Participação, Comunidades Locais, Desenvolvimento Sustentável, Avaliar, Bem-Estar.

#### **ABSTRACT**

*This investigation aims to evaluate the participation of communities in local sustainable development, in the Municipality of Saurimo, province of Lunda-Sul (Angola). However, in this population we seek to know the quality of social, cultural, economic and productive life as indicators of the well-being of families, and knowledge of the degree of involvement of the local community in the tasks of sustainable development is crucial for the success of this investigation. . For a better understanding, it is understood that the participation of the local population in sustainable development is like a reform of socio-economic and cultural factors so that the whole community benefits from well-being. In order for human development to take place, it is only possible with the use and use of methods and techniques that promote local development integrated into the global programs of the state's public policies.*

**Keywords:** Participation, Local Communities, Sustainable Development, Evaluate, Welfare.

## INTRODUÇÃO

A participação das comunidades locais no desenvolvimento sustentável é um dos factores determinantes para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população e vem sendo uma preocupação do governo e parceiros, por se constituir em um dos grandes problemas dos países em via do desenvolvimento. A nova estratégia económica 2018 - 2022 do governo angolano utiliza todas as ferramentas possíveis que permitam dar soluções aos principais problemas da ordem económica, social e cultural que são hoje prioridade: de velar a importância que tem o desenvolvimento local sustentável, realizado nos municípios, desempenhar na ordem teórica os elementos a apresentar, podendo servir para responder às necessidades, de complementar a visão macro económica e a sua vinculação com os programas de desenvolvimento local que impulsionam os territórios e as futuras autarquias.

O contexto socioeconómico, cultural e ambiental consubstanciado mormente no desemprego, baixo nível da escolaridade, saúde precária, saneamento básico entre outros, se constituem nos factores impeditivos da participação da comunidade no desenvolvimento sustentável local.

Para que se incentive o desenvolvimento sustentável local é preciso aplicar políticas credíveis e projectos cabíveis. O governo angolano vem redobrando esforços na luta para minimizar a pobreza, a fim de garantir o bem-estar das comunidades locais. A investigação pretende ajudar na maneira como as políticas e as ferramentas de trabalho nas localidades podem contribuir no desenvolvimento sustentável local ou do bem-estar da população, sendo que os recursos sejam a solução da vida da população ou o caminho a minimizar o elevado índice de pobreza que assola a população nas comunidades locais em Angola.

## DESENVOLVIMENTO

### **O Desenvolvimento sustentável local e a sua relação com o desenvolvimento social e económico.**

Uma das tarefas mais prementes para os países em via de desenvolvimento é alcançar metas propostas no lucro deste caminho, tratando de se empregar todas as maneiras possíveis e caminhos que o conduzam a poder cumprir com as metas propostas no menor tempo possível. O desenvolvimento sustentável implica dispor dos recursos suficientes para poder encarar decididamente a construção de ambiciosos planos, a construção de infraestruturas que sirvam de apoio para resolver dois grandes problemas:

Primeiro relacionado com o atraso económico secular herdado ao longo do período de dominação estrangeira (colonial) o caso de Angola quase 500 anos.

Segundo, o de poder pôr fim às assimetrias entre regiões e zonas no país, poder resolver o problema da criação do capital humano capaz de levar adiante a erradicação da pobreza, industrializar do país e poder transformar radicalmente a agricultura. A magnitude destas tarefas impõe achar os nichos onde existam potencialidades para o desenvolvimento, sem comprometer as futuras gerações.

### **Desenvolvimento económico local**

A constituição angolana aprovada em 2010 abre novos espaços ao desenvolvimento local com a previsão da implementação do poder autárquico, podendo fortalecer a capacidade decisória da autoridade pública local, ou seja, a ideia de descentralização implica em aumentar o poder, a autonomia de decisão, o controlo dos recursos e as responsabilidades do nível local. Como ideia, a descentralização traz consigo alguns objectivos nobres, como facilitar a democratização, a participação da população nos processos decisórios e o alcance da justiça social, podendo assumir uma feição progressista por ampliar e aprofundar as bases da democracia. Assim sendo, a constituição de 2010 assegura uma maior autonomia de decisões do governo central as autarquias.

Portanto, tendo presente o ideário da descentralização, da democracia e da participação da população, vistos como condições de cidadania, como uma reacção ao autoritarismo e a possibilidade de institucionalização de novas práticas políticas. As mudanças trazidas pela nova constituição têm suscitado debates, trocas de ideias no sentido de que municipalidades consequentes avancem no campo do desenvolvimento económico local e na implementação de políticas sociais. Em tese, embora ainda tímidos, já existem iniciativas que resultem em melhoria dos serviços públicos, já que, com o surgimento da agência geral Tributária se eleva cada vez mais a consciência tributária dos cidadãos.

O desenvolvimento local municipal favorece que dentro das políticas públicas locais, possam ir dando respostas a reclamações sociais não satisfeitas como acesso a serviços sociais básicos, isto é, água, luz, saneamento básico, transporte público, moradias em sentido amplo e outros serviços de âmbito local. Por outro lado a distinção e discussão do papel dos municípios na promoção do desenvolvimento que aponta para o crescimento de suas responsabilidades em relação às iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida e à busca de soluções dos problemas urbanos e, enfim, da gestão local. Quando se fala do desenvolvimento local é necessário assinalar que não existe um único modelo de desenvolvimento local, podendo-se sublinhar alguns elementos teóricos que são comuns a uma grande maioria dos modelos existentes na actualidade que permitirão compreender melhor o tema.

Estes são:

- 1- As estratégias de desenvolvimento local têm como objectivo o desenvolvimento e a reestruturação do sistema produtivo, o aumento da capacidade de criação de empresas, de geração de emprego e a melhoria do nível de vida da população.
2. Na vertente económica o desenvolvimento local consiste em criar, dentro de um território dado, a capacidade necessária para fazer frente às provocações e oportunidades que possam apresentar-se em uma situação de rápida mudança económica, tecnológico e sociocultural.
3. Os agentes das políticas do desenvolvimento local são as autoridades públicas, os empresários e actores socioeconómicos locais, e não só a administração central do estado e as grandes empresas como aconteciam nos modelos tradicionais.
4. Tem-se sempre em conta que as economias locais estão integradas no sistema económico nacional e internacional e que, por conseguinte, seus problemas são sempre problemas nacionais ou internacionais, devido a que os sistemas produtivos locais e/ou regionais são componentes dos sistemas nacionais e supranacionais.
5. Recolhem, além disso, a importância de “pensar global e actuar local”.
6. Reconhecem que pense ao carácter essencialmente endógeno do desenvolvimento local os recursos externos jogam um papel importante na dinamização da área.
7. Apoia a integração das instituições, empresas e da economia local em redes de carácter nacional e internacional.

### **O desenvolvimento humano sustentável**

Anand e São (1996, 2000) sistematizam o enfoque do desenvolvimento humano sustentável estendendo a análise do desenvolvimento humano e a qualidade de vida ao estudo do desenvolvimento sustentável. Estes autores se apoiam no princípio da universalização ou imparcialidade aplicada entre gerações e nas gerações sucessivas. A definição de desenvolvimento sustentável da Comissão Brundtland se centra exclusivamente na equidade inter - geracional isto é que as gerações futuras obtenham ao menos o bem-estar da geração presente.

Os autores sublinham que se devem garantir também as capacidades elementares da geração presente desfavorecidas. Embora ressaltem a equidade intra-geracional, como Howarth e Norgaard (1993), seu enfoque do bem-estar se, se separa da visão utilitarista.

O bem-estar conforme São (1996) pode definir-se como a liberdade que tem uma pessoa para levar a cabo uma determinada classe de vida. Esta liberdade é avaliada em termos da capacidade que tem esta pessoa para obter funcionamentos valiosos.

Um funcionamento se refere a partes do estado de uma pessoa: Coisas que consegue fazer ou ser ao viver. Por exemplo, alguns funcionamentos básicos são: A habilidade para estar bem nutrido, ter boa moradia, a possibilidade de escapar a morbilidade evitável e a mortalidade prematura, o respeito próprio, preservação da dignidade, a participação social, entre outros. Não obstante, não todos os funcionamentos são de interesse, a opção de usar um dentífrico ou outro de características similares é um funcionamento, mas não seria relevante na hora de avaliar o bem-estar de uma pessoa. A capacidade então é um conjunto de funcionamentos alternativos valiosos que pode obter uma pessoa e entre os quais escolhe uma combinação, assim que o bem-estar deve avaliar-se em termos de a capacidade que tem uma pessoa para trazer funcionamentos valiosos.

Da economia do desenvolvimento há primado o enfoque de maximização da riqueza, e embora esta seja importante na geração de bem-estar e não pode ser qualificada de irrelevante no êxito da vida humana, o enfoque descarta factores como a atenção pública ou a organização social que contribuem ao bem-estar e liberdades dos indivíduos, tão pouco tem em conta a distribuição da riqueza.

Anand e São (1996, 2000) ilustram que muitos países alcançaram taxas de crescimento altas sem um impacto considerável sobre as condições de vida e o mais importante é que alguns países alcançaram alta qualidade de vida com taxas de crescimento do produto per capita relativamente moderadas. Também fazem notar que a relação estatística positiva que se encontrou entre o produto per capita e os indicadores de qualidade de vida entre países se deve em grande parte para uso de ganhos extra em campos específicos de educação e saúde e na redução da pobreza absoluta.

O trabalho do Anand e São (1996, 2000) é o primeiro indício sistemático de contribuir a conceptualização do desenvolvimento sustentável desde a dimensão social, dimensão que é um dos pilares fracos na discussão sobre desenvolvimento sustentável onde os pontos de vistas predominantes foram o ecológico e o económico. Recentemente se somou Lehtonen (2004) que na profunda sobre a relação entre capacidades e o desenvolvimento sustentável proposta inicialmente e, além disso, apresenta a relação entre capital social e as instituições com o desenvolvimento sustentável.

Lentonen sustenta que tanto o enfoque das capacidades como o capital social parecem prover um apoio analítico à dimensão social do desenvolvimento sustentável, mas não estão em uma etapa de aplicação prática, não obstante, ambos os enfoques sugerem um conjunto de temas que se deve ter em conta na hora de considerar a sustentabilidade social:

1. A equidade é o centro da dimensão social e na perspectiva das ostenibilidade tem especial atenção a equidade inter - geracional.
2. Não é suficiente um olhar aos resultados sociais, provenientes, por exemplo, do fortalecimento do capital social, mas também considerar as capacidades individuais, existência de participação e diálogo genuíno entre os actores como pré-requisito para a sustentabilidade, é indispensável reconhecer a perversidade da distribuição equitativa do poder e fortalecer aos grupos em desvantagem.

### **Caracterização da qualidade de vida da população de Saurimo.**

O município de Saurimo é um dos quatros municípios da província da Lunda-Sul. A população é constituída maioritariamente pela etnia cokwe, de origem Bantu, que estão distribuídas nas respectivas Comunas e aldeias, numa estimativa de 423548 (Quatrocentos e vinte e três mil e quinhentos e quarenta e oito) habitantes e uma densidade populacional de 6 Habitantes/km<sup>2</sup> (Censo Maio, 2014).

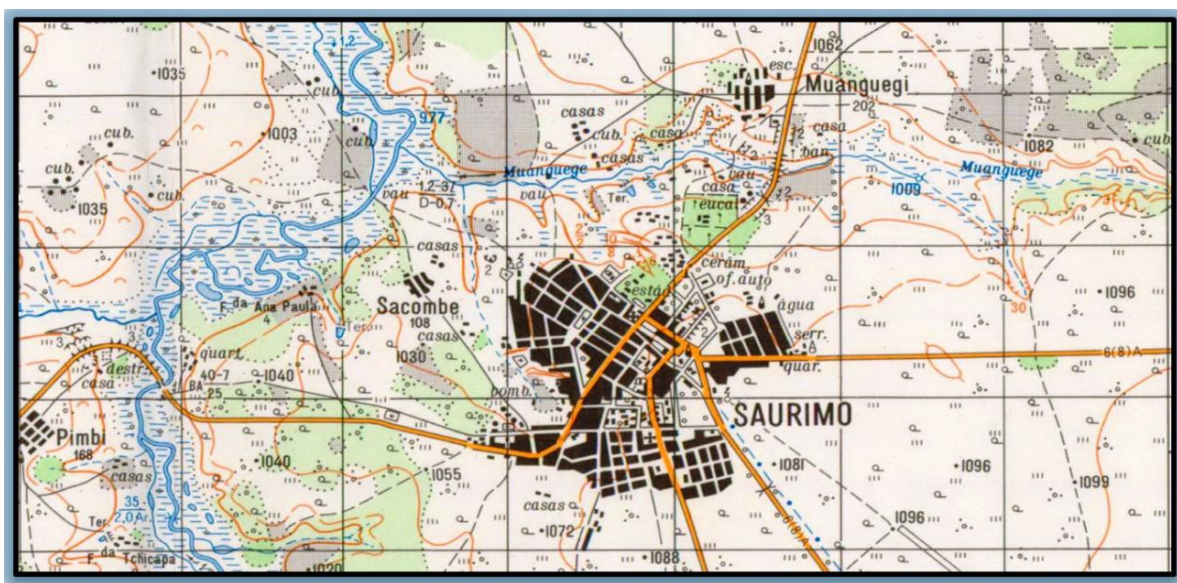


Figura 1. Estrato ilustrativo do mapa do município de Saurimo adaptado (Fonte info-Angola, biblioteca virtual, disponível em: [https:// info-angola. ao/imagens/stories/dpa-grande.png](https://info-angola.ao/imagens/stories/dpa-grande.png)).



Hoje o território em especial o município e localidades passou a desempenhar um importante papel no desenvolvimento social e em especial com a implementação do PIIM (Programa de Intervenção Integral aos Municípios) por parte do governo angolano para a solução dos inúmeros problemas que na ordem econômica e social terá que transformar os municípios e as localidades que formam este país. Em segundo lugar o de poder pôr fim às assimetrias entre regiões e zonas no país, poder resolver o problema da criação do capital humano capaz de levar adiante a erradicação do desemprego, pobreza, industrializar o país e poder transformar radicalmente a agricultura. A magnitude destas tarefas é imprescindível para conseguir ou achar os nichos onde existam potencialidades para o desenvolvimento, sem comprometer o amanhã (futuro), isto é, possível com o desenvolvimento sustentável local.

O município de Saurimo é essencialmente mineiro, com grande potencial no sector diamantífero, com a exploração em curso da mina de diamantes. A cidade também é considerada como centro comercial da zona leste do país. A população vive essencialmente da agricultura familiar, produção de carvão, pesca artesanal e alguma minoria trabalha no sector mineiro, a cidade sede tem poucas infraestruturas e apresenta edifícios antigos construídos no período colonial e pouca qualidade de vida entre os cidadãos apesar da riqueza que apresenta a província, grande parte dos cidadãos vivem abaixo da linha da pobreza.



Figura 2. Venda de tomates no bairro Sambaia.

Fonte: <http://4.bp.blogspot.com/-gx7HwBg-aj4/UD3QwrCFOBI/AAAAAAAAACEk/ShnFgz-qsO8/s1600/Kaikanga.jpg>

Porém a cidade tem crescido ao longo dos últimos anos com as construções de estabelecimentos comerciais de bens alimentares (Mini- Mercado e comércio precário), padarias, postos de saúde privados, farmácias, alguns serviços hoteleiros privados, empresas de segurança privadas e Outros: Ressurgimento de alfaiatarias, serviços de carpintarias, agências funerárias, actividades ambulantes. Para poder garantir a melhoria da qualidade de vida dos munícipes de Saurimo. Porém, a aposta na agricultura é uma das formas da população local participar no desenvolvimento deste município.

### **Qualidade de vida e desenvolvimento local sustentável.**

Na actualidade e no marco das novas concepções, teóricas, económicas e sociológicas o conceito de qualidade de vida achou novos enfoques e sobre tudo ante a necessidade de obter uma melhor

compreensão das características deste, a partir dos novos problemas que expõe o processo de crescimento nos Marcos do desenvolvimento local sustentável.

Do conceito qualidade de vida se reconsidera parte do questionamento ao valor do crescimento económico, como única medida de progresso social; é o crescimento económico e da realidade de crescentes desigualdades económicas e sociais que o gera a nível nacional e local em uma série de países com baixo ou pouco nível de desenvolvimento socioeconómico.

Segundo Flecket al. (2015, p-20 “a expressão qualidade de vida” foi empregada pela primeira vez pelo presidente dos Estados Unidos Lydon Johnson, em 1964 ao declarar que os objectos não podem ser medidos do balance dos bancos; eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam as pessoas.

O bem-estar é do ponto de vista do desenvolvimento um elemento imprescindível, para obter o crescimento com equidade de uma sociedade, critérios actuais, assinalam que, o acesso às distintas fontes de emprego potencializa o crescimento, pois na medida em que o cidadão consegue adquirir a mesmo, está em condições de obter o crescimento dos ganhos que favorecem a acessibilidade a outros serviços sociais que permitem a redução das desigualdades, tanto no campo dos ganhos, como nas novas possibilidades de obter uma educação de qualidade e outros serviços básicos. Ao se buscar a participação comunitária no processo de desenvolvimento local, Domiak, (2002) é necessário que os governantes mudem a visão de que eles decidem tudo, e passem a considerar que eles também são actores neste processo e compartilharão a tomada de decisão com outros indivíduos e organizações.

A assimetria gerada pela falta de oportunidades criadas pelo crescimento económico deformado que ocorre nos países em vias de desenvolvimento só vai reduzindo com o crescimento do bem-estar conseguido desde o êxodo da aplicação de políticas económica de melhoramento e crescimento dos serviços básicos à população, criados no marco de políticas de desenvolvimento local orientadas, primeiro a complementar as políticas macro económicas estatais, e abordando o desenvolvimento económico e social, de uma nova concepção, aproveitando os espaços que brindam o nascimento de médias e pequenas empresas que atuam nos nichos económicos aos que não chegam à macro políticas com a rapidez necessária.

Qualidade de vida e nível de vida são elementos que tem em conta o desenvolvimento local em sua inter-relação, pois do planeamento acertado de sua concreção, dependerá a solução de um grupo importante de problemas locais que incidem na vida quotidiana de seus cidadãos. Mas quando falamos de qualidade de vida é imprescindível reconhecer que referimos-nos a um aspecto social que toca à família e ao indivíduo.

### **Participação comunitária no processo de desenvolvimento local.**

Porém, actualmente, devido à quantidade de problemas e anseios da sociedade, tornou-se inviável que o poder público se responsabilize por tudo. Assim, uma das alternativas é o envolvimento da sociedade no processo de desenvolvimento local e regional, razão pela qual é necessário desenvolver mecanismos de participação comunitária, (Domiak, 2002). As populações dizem que; o governo deve fazer tudo, ele é a solução de todos os problemas. Ao nosso ver uma resposta errada porque todos podemos participar no processo do desenvolvimento local. O desenvolvimento local sustentável na atualidade esta orientado a elevar a qualidade de vida da população sem comprometer o futuro, e nisso radica sua sustentabilidade, pois deve utilizar os escassos recursos em especial o humano, com seriedade, dirigido a potencializar as capacidades que tem o município, de se planear otimamente o uso de cada um dos projetos de desenvolvimento que se nos aprovem.

Dentro da necessidade de participação da sociedade e das novas atribuições dos municípios, os administradores públicos municipais ficam desorientados quanto à forma de conduzir o processo de participação. Na medida em que as políticas públicas exigem a criação de conselhos municipais para a disponibilização de recursos para realizar projectos, estão forçando a participação comunitária, embora sem a preocupação de preparar a sociedade e os agentes públicos para este novo sistema, (Domiak, 2002).

## CONCLUSÕES

Que a presente investigação sirva de modelo para se aprofundar temas, de importância vital no conhecimento do estado e da situação socioeconômica da população nos municípios e comunas da província.

Que a investigação por sua importância metodológica seja empregada por outros investigadores, interessados nos problemas complexos como aqueles que são de ordem socioeconômica, cultural e ambiental que se acham ligados com o desenvolvimento sustentável local.

Poder pôr em mãos de outras pessoas análises que na ordem das economias municipais, permitam ter ferramentas para avaliar o desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alba Hidalgo, D., Barbeitos Alcántara, R., Barral Silva, M., Benayas Del álamo, J., Blanco Heras, D., Domenech 2001. Desenvolvimento é pobreza. Pp.323

Albuquerque, 2015. O desenvolvimento local sustentável. AS - 5ta. edición, , 240p.

Antúñez, X., Fernández Sánchez, I., Florensa I Botines, A., García Orenes, F., López Álvarez, N., & Ysern Comas, P. (2012). Sustainability and social responsibility strategies at Spanish Universities: An assessment tool. *Profesorado*, 16(2), pp. 59–75.

Anand, Sudhir y Sen A. 2013. “Sustainable Human Development: Concepts and Priorities”, *Human Development Report Office, occasional papers*.

Anand, Sudhir, y Sen A. 2014. “Human Development and Economic Sustainability”, *World Development*, vol. 28, no. 12, pp. 2029-49.

Anand, Sudhir y Ravillon M. 1993. “Human development in poor countries: On the role of private incomes and public services”, *Journal of Economics Perspectives*, no.7 (1), pp.133-150

Baker, S. (2005). *Sustainable Development (Routledge Introductions to Environment: Environment and Society Texts)*.  
Routledge: New Ed edition, 1st edition.

Brundtland (2014). O desenvolvimento local sustentável no tempo. São Paulo: Makron Books

Buarque, S.C. –(2014) *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: IICA, 4ta Edição.

Domiak, F. A. (2002). *Participação comunitária no processo de desenvolvimento local. Estudo de caso município de Rancho Queimado*. Rancho Queimado.

Porter, Michael E. 2012. Estratégia Competitiva: Editor Campus, – 362p.  
Richers, Raimar 1970. Desenvolvimento: um Desafio Social – RAE - Revista de Administração de Empresas – FGV – v.10, n.2, p. 41-69, julho.

Relatório Brundtland 1987. (“Nosso futuro comum”). Naciones Unidas.

Sen, Amartya 2000. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.17-26.

Turnbull, A. (2013). La calidad de vida de la familia como resultado de los servicios: el nuevo paradigma. *Siglo Cero*, 34, 59-73.

## Síntese curricular dos autores

**Kambundji Sapalo Segunda Muaco.** Mestre Metalurgia pela Universidade pela Universidade Nacional Tecnológica MISIS em Moscovo, Rússia em 2015, Possui Bacharelato em Mineração e ambiente pela então Escola de Ciência e Tecnologia da Lunda Sul da Universidade Agostino Neto em

2009. É docente não universitário colocado no Instituto técnico de Saúde de Saurimo onde lecciona a disciplina de Matemática.

**Juan Manuel Montero Peña.** PhD. Profesor Titular. Universidad de Moa “Dr. Antonio Núñez Jiménez”. Coordinador de la Maestría en Desarrollo Sustentable en la actividad minero - metalúrgica